

mercado coronavírus

Inflação baixa freia alta do salário mínimo e contém gastos do governo

Piso salarial e benefícios, como aposentadorias, devem subir menos do que o projetado em abril

Thiago Resende
e Bernardo Caram

BRASÍLIA O recuo nos índices de inflação neste ano deve levar a um reajuste menor do salário mínimo em 2021 e trazer alívio às contas do governo.

Com os efeitos da pandemia do novo coronavírus, o Ministério da Economia revisou — para baixo — a projeção de alta nos preços neste ano.

Assim, o piso salarial do país e os benefícios atrelados à inflação, como aposentadorias e pensões, devem subir menos do que o divulgado pelo governo em abril.

Nas diretrizes para o Orçamento, a equipe econômica previu o salário mínimo em R\$ 1.079 no ano que vem, após reajuste de 3,19% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

No cenário mais recente, o governo agora espera que o índice fique menor, perto de 2%, o que reduzirá o valor do piso salarial no ano que vem para cerca de R\$ 1.067.

Como o salário mínimo (hoje em R\$ 1.045) e a inflação são atrelados a uma série de despesas obrigatórias do Executivo, a economia estimada é de R\$ 720,8 milhões para cada 0,1 ponto percentual no INPC.

Com o valor R\$ 12 mais baixo na estimativa de salário mínimo, o governo poupará cerca de R\$ 7,9 bilhões em relação à estimativa anterior.

Esse cálculo considera o efeito da inflação sobre despesas no valor do salário mínimo, como abono salarial e BPC (assistência a idosos carentes e deficientes físicos), e também o impacto em benefícios que ficam acima do piso salarial.

Além de corrigir o salário mínimo, o INPC é usado para reajustar pagamentos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e do seguro-desemprego, por exemplo.

Hoje o teto do INSS é de R\$ 6.101,06. A parcela máxima do seguro-desemprego, que foi corrigida pelo INPC de 2019, é de R\$ 1.813,03.

Esses valores, portanto, também serão automaticamente reajustados em janeiro de acordo com o índice de inflação a ser medido no encerramento de 2020.

O alívio nos gastos atrelados ao INPC, porém, não significa uma abertura no Orçamento para novas despesas no mesmo valor.

Como o teto de gastos também é atrelado à inflação, a margem da regra será ampliada em proporção menor em 2021. O teto é uma norma prevista na Constituição que limita o crescimento das despesas públicas à inflação.

“Muitas pessoas falam que a inflação está muito baixa e isso pode dificultar o cumprimento do teto. Isso não é verdade”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, em videoconferência na semana passada.

“A medida em que a inflação é baixa e o aumento [do teto] é baixo, muitas despesas são indexadas e acabam crescendo menos. O espaço que se perde acaba que é muito pequeno”, afirmou.

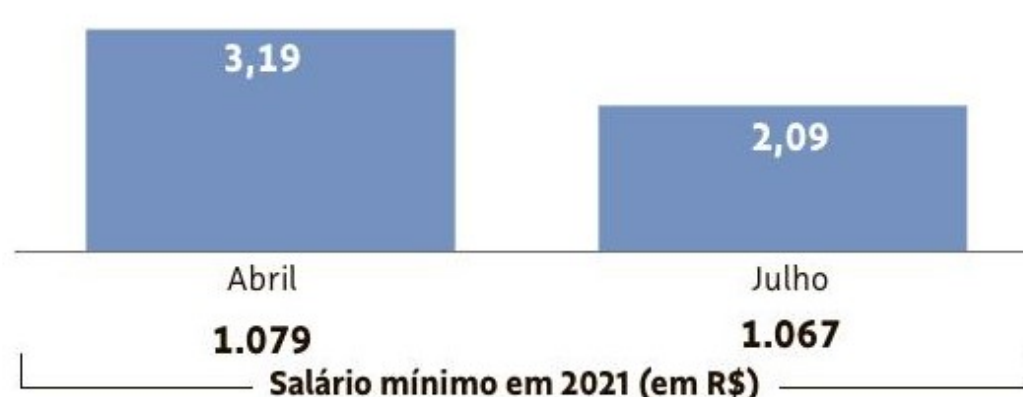
Para o economista e professor da PUC-Rio José Márcio Camargo, essa balança pesa, sim, contra o governo.

Segundo ele, como apenas uma parcela do Orçamento é indexada, uma redução da expectativa para a inflação tende

Gastos do governo são contidos por inflação baixa

Projeções do governo para 2021

Inflação em 2020 (INPC), em %



Impacto de 0,1 p.p. do INPC nas contas públicas

Benefícios, em R\$ mi



R\$ 7,9 bilhões

É a redução de despesa com a inflação menor

R\$ 1.045

É o valor atual do salário mínimo

Salário mínimo e necessidades de uma família



*Utilizado para calcular o reajuste do salário mínimo, aposentadorias, pensões e benefícios como o BPC e seguro-desemprego
**Aposentadoria, pensões, BPC, seguro-desemprego e abono salarial
Aposentadoria, pensões e seguro-desemprego | *Em valores de julho de cada ano
Fonte: PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

a comprimir o teto de gastos em maior proporção do que a economia efetiva do governo com despesas. “No fim das contas, a conta do governo fica mais pressionada”, disse.

O ministro Paulo Guedes (Economia) quer corrigir o piso salarial para o próximo ano apenas pela inflação, medida pelo INPC, como fez em 2020, quando encerrou o ciclo de reajustes com ganhos reais.

A equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está convencida de que o aumento real — acima da inflação — não é adequado para os próximos anos, principalmente diante do aperto para fechar o Orçamento.

A política de reajuste do salário mínimo acima da inflação, segundo economistas críticos à medida, causou distorções na estrutura produtiva do Brasil. Para eles, ela remunerou artificialmente o trabalho acima de sua qualificação.

Camargo concorda com a estratégia do governo de não conceder reajuste real. Segundo ele, atualmente, o custo de um trabalhador no Brasil já é mais alto do que a produtividade média do país.

“Nenhum empresário contrata um trabalhador cujo valor de sua produção seja menor do que o custo de sua contratação. Quando o salário mínimo cresce a esse ponto, ou ele contrata informalmente ou não contrata”, afirmou.

Segundo o economista, como muitas despesas do governo são atreladas ao mínimo, aumentos reais no cenário atual poderiam comprometer ainda mais a saúde das contas públicas.

A opinião, no entanto, não é unânime. A supervisora de Produção Técnica do Dieese

(Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Patrícia Lino Costa, por exemplo, discorda.

Para ela, a justificativa de que o reajuste pressiona o Orçamento do governo não se sustenta.

“É um argumento que se usa comumente, e aí a gente vê a prioridade do governo. Você pode cortar gastos em outros locais. O que tem sido feito são cortes em saúde, educação e o fim da política de reajuste do salário mínimo, quando você poderia cortar em outras áreas sem penalizar a população”, disse.

A economista afirmou que mesmo a correção pela inflação acaba por empobrecer as pessoas de menor renda. Segundo ela, dentro do índice de inflação, os preços de itens relevantes para o orçamento das famílias de baixa renda, como alimentos, energia elétrica e transporte, costumam subir com mais força.

Estudo do Dieese aponta que em São Paulo um trabalhador conseguia comprar 2,1 cestas básicas com um salário mínimo em 2017. Neste ano, o salário mínimo compra 1,99 cesta, o que indica uma perda de poder de compra apesar da correção do piso nacional pela inflação.

A Constituição prevê que o piso salarial tem de ser capaz de atender a necessidades básicas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos para preservar o poder aquisitivo.

Segundo o Dieese, o salário mínimo ideal deveria ser de R\$ 4.420,11 para uma família de dois adultos e duas crianças. O piso atual (R\$ 1.045) representa menos de 25%.

Essa proporção é superior à de 2000: R\$ 936,12 e R\$ 151 (16%), respectivamente.

Os dois lados dessa comparação foram se aproximando nos anos em que foi concedido aumento real do salário mínimo. Essa política durou 25 anos, iniciada após a adoção do Plano Real, mas foi interrompida na gestão Bolsonaro.

Pesquisa mostra que 200 mil bares e restaurantes podem fechar

Isabela Bolzani

SÃO PAULO A reabertura gradual em diversos estados e o crédito oferecido pelo governo para tentar conter os impactos da crise do coronavírus ainda não foram suficientes para aliviar a situação financeira de bares, restaurantes, cafés e lanchonetes.

No mais recente levantamento realizado pela ANR (Associação Nacional dos Restaurantes), em parceria com a consultoria Galunion, do setor de alimentos, 22% dos donos de estabelecimentos afirmam que não conseguirão manter os seus negócios após a pandemia. Em dados absolutos, são 200 mil empresas do setor em todo o país que indicam dificuldades para sobreviver.

Trata-se de um aumento no pessimismo em relação a pesquisa anterior, realizada em junho, quando 15% avaliavam que não conseguiriam resistir aos efeitos econômicos da pandemia. A pesquisa foi realizada com empresas de todo o país de 27 de julho a 10 de agosto.

No novo levantamento, outros 42% dos estabelecimentos com mais de uma loja também afirmam já terem fechado unidades definitivamente por conta da crise. Na pesquisa anterior, eram 35%.

Segundo o presidente da ANR, Cristiano Melles, as restrições no horário de funcionamento e as regras de distanciamento, que diminuí o número de lugares disponíveis nos estabelecimentos, comprometem a receita e dificultam a recuperação financeira.

Na média, 86,5% dos respondentes afirmam não faturar nem a metade em rela-

ção a julho de 2019, apontou o levantamento. “A prorrogação da MP do salário [medida provisória que permite redução de salário e jornada de trabalho em razão da pandemia] pode ajudar, mas ainda falta cliente nas casas”, diz.

Os dados da pesquisa também apontam que 26% não conseguiram pagar a folha salarial no quinto dia útil de agosto. Além disso, 69% dos entrevistados suspenderam contratos ou reduziram jornadas e salários de seus funcionários. Desse total, 81% afirmam que vão renovar os acordos pelos prazos permitidos pela lei.

Para o presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares

e Restaurantes), Percival Maricato, apesar de o governo ter se demonstrado mais receptivo e flexível em relação aos horários de funcionamento, ainda existem caminhos alternativos para tentar melhorar os números do setor.

“O aumento de duas horas diárias no horário de funcionamento [para oito horas diárias] faz diferença, mas ainda estamos pedindo a possibilidade de ter mesas na calçada e de aumentar a lotação para pelo menos 60%, talvez 70% da capacidade”, afirma.

Maricato afirma, ainda, que outros pontos também acabam prejudicando o movimento do setor. “Uma coisa é retomar a atividade, outra coisa

é o movimento, que continua bem difícil”.

Além do home office, que prejudica os estabelecimentos próximos a escritórios e faculdades, também há o temor de contaminação que continua forte e a fragilidade econômica, com muitos desempregados ou temendo por seus empregos”, diz.

O levantamento da ANR traz que 79% dos entrevistados apontaram a falta de segurança dos consumidores para voltar a frequentar os estabelecimentos. O horário limitado (59%) e a falta de renda do consumidor (52%) também foram citados.

Ainda segundo a pesquisa, 64% dos bares, restaurantes,

cafés e lanchonetes já demitiram. A associação estima que mais de um milhão de trabalhadores já perderam o emprego no segmento.

Desde o início da pandemia o setor também vinha batalhando para melhorar o acesso ao crédito de pequenos e médios empresários — tanto pelas iniciativas do governo como pelo próprio sistema financeiro.

O novo levantamento demonstra uma melhora na oferta de recursos, mas a restrição ainda é alta. Metade (50%) dos empresários que buscaram novas linhas de empréstimo para financiar o negócio tiveram suas propostas recusadas ou ficaram sem res-

postas — na pesquisa anterior, o número era de 76%.

Entre aqueles que ainda não conseguiram crédito, as razões mais apontadas são a falta de novas linhas pela instituição financeira (42%), a demora para a resposta — acima de 30 dias do pedido — (31%) e a falta de garantias (13%).

Parte dessa melhora aconteceu por causa do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). O governo havia liberado R\$ 15,9 bilhões para a linha em maio, mas os recursos se esgotaram rapidamente em julho.

Nesta quarta-feira (19), o governo publicou no DOU (Diário Oficial da União) uma portaria estabelecendo a prorrogação do Pronampe por três meses e a expectativa é que haverá a liberação de mais R\$ 12 bilhões para a linha.

“O crédito, além de chegar atrasado, veio apenas parcialmente. A situação melhorou um pouco, claro, mas não foram todos que conseguiram e esse talvez seja um dos motivos mais determinantes pelo número de casas fechadas”, afirmou Maricato, da Abrasel.

Já para Melles, da ANR, o Pronampe serviu para o pequeno empresário, mas ainda não foi o suficiente. “Principalmente para a média empresa, que tem dois ou três restaurantes, ainda não existe nenhuma linha aprovada”, disse.

“Se retirarmos a restrição de horários, já ajuda um pouco e a expectativa é que o setor consiga crescer de 5% a 8% por mês. Caso contrário, fica mais complicado e o crescimento não deve passar de 2% ou 3% nos próximos meses”, afirmou Melles.



Vista de bar vazio em São Paulo; restrições de horário e medo de contágio ainda afastam clientes

Adriano Vizoni/Folhapress